

# Governo deve vetar a proibição de propaganda

por Cezar Faccioli  
do Rio

A proibição da divulgação de pesquisas eleitorais trinta dias antes do primeiro turno e dez dias antes do segundo turno das eleições presidenciais deverá ser o único voto presidencial à lei eleitoral aprovada pelo Congresso.

A avaliação é do relator da lei, senador José Fogaça (PMDB-RS), que não acredita que se reúna o quorum qualificado para derrubar o voto presidencial nesse caso.

A proibição foi polêmica na Câmara e no Senado, e o argumento do Planalto de que a medida é inconstitucional, por ferir a absoluta liberdade de expressão de pensamento, é forte, até porque conta com o apoio do próprio presidente do

Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Francisco Rezek. Fogaça não acredita que o grupo palaciano tente outro voto.

Para o senador, a manobra de maior interesse do Planalto e dos moderados seria a permissão para novos partidos apresentarem candidatos ou pelo menos participarem da divisão do tempo de rádio e televisão. Isso permitiria que o cidadão do partido dos moderados barganhe seu apoio a candidatos como Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello com o apelo substancial do tempo de televisão.

"As regras estabelecidas não chegam a impedir, mas limitam bastante o triste espetáculo da barganha de mandatos para ampliar espaço na televisão", explica.